

## O poder real na Inglaterra anglo-saxã: uma leitura de *Beowulf*

Prof. Jorge Ricardo C. de C. R. da Câmara  
Mestrando em História Antiga – ICHF / UFF  
[jorgericardorc@yahoo.com.br](mailto:jorgericardorc@yahoo.com.br)

### Resumo

Este artigo pretende caracterizar o poder real na Inglaterra anglo-saxã dos séculos V – IX, a partir da perspectiva do conceito de Chefia (*Chiefdom*), inserindo os reinos anglo-saxões entre as chamadas sociedades complexas sem Estado, em contraposição às monarquias feudais do Ocidente, baseando-se no poema épico *Beowulf*.

Palavras-Chave: *Beowulf*, Anglo-saxões, Poder real

### Abstract

This paper tries to characterise the royal power in Anglo-Saxon England during the centuries V – IX, from the perspective of Chiefdom's concept, putting it among the called complex societies without State, in opposition to the feudal monarchies of the Western Middle Ages, based on the Anglo Saxon epic *Beowulf*.

Keywords: *Beowulf*, Anglo-Saxons, Royal Power

## O problema das fontes escritas

Um primeiro contato com a história da Inglaterra dos séculos V e VI, período da invasão anglo-saxã, revela-se tão desanimador em relação às fontes escritas, que a historiografia inglesa o denominou Idade das Trevas: *Dark Ages*. Quais são os documentos de que dispomos para recuperar uma época tão obscura, que não deixou outra alternativa a Beda, o Venerável (653-735), ao escrever no século VIII sua *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* (*História Eclesiástica do Povo Inglês*), a não ser se basear, e confiar, na única obra que se conhece do século VI, *De excidio et conquestu Britanniae* (*Da Conquista e ruína da Bretanha*), do monge bretão Gildas (morto em 572)?

Os anglo-saxões eram um povo iletrado. Portanto, é improvável terem escrito algo nos dois primeiros séculos de invasão e assentamento na Bretanha. Visto que na Antiguidade Tardia, o monopólio da latinidade havia se transferido às mãos da Igreja – a própria condição desses dois autores, ambos monges, não nos deixa esquecer isso – de fato era o corpo clerical o responsável pela elaboração de anais e crônicas. As fontes de que dispomos, além de poucas, datam desde a conversão dos anglo-saxões ao cristianismo em fins do século VI, portanto, são fontes posteriores, que datam de um século após sua chegada à ilha.

A *Crônica Anglo-Saxã*, do século IX, executada sob o reinado de Alfredo, o Grande, é provavelmente uma compilação de anais anteriores, compostos em monastérios. O problema é que, dado o desconhecimento da escrita pelos anglo-saxões até o final do século VI, esses supostos documentos “contemporâneos” à invasão e aos primeiros anos de assentamento, que fundamentaram a *Crônica Anglo-Saxã*, estão em situação comprometedoras. Além disso, Beda, ao escrever sua *Historia Anglorum*, cento e cinquenta anos antes, sequer sabia da existência de tais documentos! O próprio Beda só nos fornece duas datas: 449 para a chegada de Hengst e Horsa na Bretanha, como mercenários saxões contratados pelo chefe bretão Vortigern, e 547 para a fundação do reino da Northumbria pelo saxão Ida. Datas igualmente sem fundamentação, visto que a origem dessas informações também repousa na obscuridade.

A própria estrutura da *Crônica Anglo-Saxã*, que apresenta um sumário dos acontecimentos desde o século V, ano após ano, é um indício de que esta, supostamente, é uma construção literária falível. Podemos contar com ela, com cautela, somente para o século VII em diante.

As fontes bretãs são igualmente decepcionantes. A *Historia Brittonum* atribuída a Nennius, integra uma coletânea de documentos datados do século IX ou X. Trata-se do manuscrito Harleian 3859, do Museu Britânico, que contém alguns elementos do século V ao VII, possivelmente autênticos, mas em sua maior parte míticos, como ficou estabelecido em relação às narrativas das relações dos mercenários Hengst e Horsa com o bretão Vortigern, a despeito de sua chegada à ilha ser tida historiograficamente como o início da conquista saxã.

Uma fonte que, de imediato, parece fadada ao descrédito completo com relação à narrativa histórica, a obra do monge bretão Gildas, do século VI, *De Excidio et Conquestu Britanniae* (c.547), mencionada acima, povoada de elementos lendários, personagens míticos e monstros, apresentando uma estrutura declamatória, e que pretende ser um trabalho de exortação, denunciando as calamidades e violências que atingiram sua terra natal durante as invasões, os vícios e imoralidades de seus compatriotas. Contudo, surpreendentemente, nesse jogo em que cada caquinho de mosaico faz a diferença, o autor menciona alguns dados que não são sem interesse: nomes de reis bretões contemporâneos, a informação de que havia paz em sua época,

indicando que a metade do século VI correspondeu à uma pausa nas invasões (CAMPBELL, 1991: 23-27).

## A arqueologia

As evidências da cultura material nos dão maior segurança. A arqueologia funerária do período dos assentamentos anglo-saxões, a numismática, a arqueologia cristã, nos fornecem um panorama mais amplo e uma cronologia dos acontecimentos.

A arqueologia funerária permitiu o mapeamento do avanço da conquista da ilha pelos germanos. Através da localização e do estudo dos cemitérios, que contém elementos da cultura material desses povos, graças ao costume de se enterrar os mortos juntamente com objetos os mais variados, desde utensílios como ferramentas, armas e até no caso da elite, tesouros esplêndidos, que nos indicam a existência de uma hierarquia social, além de objetos estrangeiros reveladores de um movimento de interação com o exterior. O exemplo mais importante desses enterros é o enterro em barco de Sutton Hoo em Suffolk. Trata-se de um enterro real do século VII, de um antigo rei da East Anglia, provavelmente Raedwald, que revela a unicidade cultural entre essa região e o sul da Suécia (como os estilos artísticos presentes nas armas e peças de ourivesaria, fazendo crer que a dinastia de East Anglia era de origem sueca).

## O lugar de Beowulf enquanto fonte histórica

No exíguo e problemático quadro de fontes literárias acima apontadas, *Beowulf* está inserido no grupo dos poemas épicos, tais como *A Batalha de Maldon*, *A Batalha de Brunaburh* (transcritos no corpo da *Crônica Anglo-Saxã*) e o famoso *Fragmento de Finnesburh*. Contudo, *Beowulf* goza de uma vantagem sobre esses outros escritos, já que foi o único que nos chegou quase na íntegra. Este surpreendente épico, de qualidade e agilidade narrativa impressionantes, foi composto entre 650 e 850, provavelmente no reino da Mercia, mas é fruto de uma tradição oral mais antiga, que remonta ao século VI ou antes. O único manuscrito existente data aproximadamente do ano mil e foi descoberto no século XVIII, na coleção de textos medievais de Sir Robert Bruce Cotton, tendo sido parcialmente destruído por um incêndio em 1731. Sua primeira tradução foi feita pelo estudioso islandês Thorkelin, em 1786, que copiou o manuscrito antes deste ser danificado pelas chamas. As primeiras edições da obra por Thorkelin e pelo dinamarquês Grundtvig datam do início do século XX.

O enredo do épico se desenvolve na Escandinávia, relatando as aventuras do herói sueco Beowulf, príncipe da tribos dos *Geats* (jutos). O épico se divide em três partes: na primeira, o herói vai à Dinamarca, onde se coloca a serviço do rei Hrothgar, cuja corte, situada na ilha de Själand, vinha sofrendo com os terríveis ataques do monstro antropófago Grendel, que devorava os valorosos guerreiros dinamarqueses durante ataques noturnos. Beowulf fere mortalmente Grendel, o que desperta a vingança de sua mãe, igualmente derrotada. A segunda parte narra o retorno glorioso do herói à sua terra natal, onde relata os seus grandes feitos ao seu senhor, o rei Hygelac. A terceira parte se dá cinquenta anos depois, quando Beowulf, então rei dos *geats* tem de fazer frente a um dragão que assola seu reino. Na seqüência, é narrada a luta do

velho rei contra o dragão, na qual, abandonado por seus companheiros, é mortalmente ferido. O poema termina com a descrição do funeral crematório de Beowulf.

Quanto à datação do poema, este se situa no século VI d.C., conforme pode-se presumir a partir de uma digressão que relata provavelmente o único acontecimento autêntico e datável do épico, o *raid* nórdico à Frísia (Países Baixos), comandado pelo tio de Beowulf, o rei sueco Hygelac, morto em combate contra as hostes do rei franco Meroveu. Esse episódio também aparece na *Historia Francorum* de Gregório de Tours, que fornece a data de c.520. Portanto, *Beowulf* sobreviveu na tradição oral até cerca do ano mil, quando foi fixado sob a forma escrita em *old english*.

O próprio protagonista do épico não tem comprovação histórica e não conhecemos outros documentos que façam menção à sua existência, com exceção da aparição do nome Beowulf em *old english* no *Book of Life* do mosteiro de Lindsfarne, uma menção tardia, que data do século XI.

Além de sua importância literária, *Beowulf* possui um inegável valor histórico para o estudo da sociedade anglo-saxã e escandinava. Nele estão presentes, narrados com vivacidade e rara beleza lírica, a concepção da justiça (a tradição do pagamento do *Wergild*), o ideal guerreiro, a estrutura social (ainda que o poema enfatize o modo de vida aristocrático) e a descrição detalhada dos ritos funerários germânicos, tudo de forma realista.

Encontramos, sobretudo, o objeto deste artigo: os mecanismos de origem e manutenção do poder real, assim como o ideal de excelência na conduta do rei, chefe guerreiro cercado por seus irmãos em armas, que lhe prestam serviço em troca de sua generosidade.

Apesar de as práticas e o estilo de vida aristocrático descritos em *Beowulf* terem sido tomados, durante muito tempo, como mera alegoria literária – a magnífica sala real do rei Hrothgar, com tapeçarias douradas nas paredes, os festins regados à hidromel, ao som do bardo (*scop*) e sua harpa, os guerreiros magnificamente vestidos com valiosos equipamentos de guerra, a descrição do esplêndido funeral em barco do rei Scyld Scefing, fundador da dinastia real dinamarquesa, repleto de armas e tesouros, o funeral crematório do herói, também com tesouros e armas – a arqueologia funerária, tanto na Inglaterra (Sutton Hoo) como na Suécia (Vendel e Thorslunda), juntamente com a escavação de alguns sítios, como a sala real descoberta em Yeavinger, na Northumbria, veio a confirmar e permitir a comparação entre os costumes funerários e os estilos artísticos dos séculos VI, VII e VIII de nossa era, demonstrando uma unidade cultural entre essas regiões, introduzidas pelos escandinavos que atravessaram o Mar do Norte, trazendo consigo suas tradições e cultura mitológica. Tais achados consolidam o poema, enquanto fonte histórica (ARNOLD, R., 1967: 125-129).

## A chefia como forma de poder

Como nasce o poder, ou seja, a capacidade de um indivíduo ou grupo exercer domínio sobre outros? Georges Balandier nos esclarece, que o poder está fundamentado na estratificação social, nos rituais que lhe asseguram um caráter sagrado e fazem parte das estratégias de manutenção e exercício do próprio poder. Esse fenômeno está presente em todas as sociedades, já que historicamente o político não pressupõe somente o Estado tradicional.

Podemos fazer uma primeira constatação: para que ele exista, se forme e seja exercido sobre os outros indivíduos ou grupos, necessita, em contrapartida, da crença e

da submissão por parte dos indivíduos ou grupos dominados, conferindo-lhe legitimidade.

A posição tradicional adotada anteriormente pela etnografia, conhecida como Adaptacionista, considerava como o principal fator gerador da necessidade de uma chefia, o aumento populacional, em detrimento dos recursos naturais, o que implicava em um gerenciamento desses recursos por parte do líder, a chefia sendo vista enquanto uma instituição social que visava a organização da comunidade, tendo o chefe tribal como administrador, que gerenciava os recursos, buscando a adaptabilidade da comunidade à variabilidade do meio-ambiente. As chefias, em oposição a esta corrente, vêm sendo repensadas como uma instituição política, notadamente no campo da Antropologia e da Arqueologia. Sobretudo nos anos 70 e 80, a moderna pesquisa antropológica descartou a visão tradicional, passando a estudar o processo político responsável pela criação e manutenção da organização política nas sociedades complexas sem Estado, ou seja: o que faz com que os chefes obtenham e estendam seu poder sobre os outros?

A resposta a essa questão pode ser encontrada em duas correntes teóricas: a teoria do *Tipo Ideal* de Max Weber e a *Teoria do Dom e Contra-Dom* de Marcel Mauss, sobretudo a parte relativa à sociedade germânica.

A teoria de Max Weber ligada à noção de carisma, considera o líder carismático enquanto aquele que se diferencia dos demais, seja herói ou feiticeiro, e se sustenta na fé de seus seguidores. O carisma é determinado internamente e contido da mesma forma. Ao mesmo tempo em que se impõe, o líder carismático deve constantemente provar o seu valor para ser reconhecido como tal, o que caracteriza também a instabilidade desse poder (WEBER, M., 1974: 283-287). Essa determinação interna da centralização do poder em torno da figura de um líder, portanto, não pode estar ligada exclusivamente ao aspecto de gerenciamento de recursos e mão-de-obra frente às adversidades do meio e ao aumento populacional, visto que toda sociedade apresenta uma hierarquia, mesmo sem enfrentar estes distúrbios ligados ao meio, já que nem sempre a redistribuição de recursos está ligada à economia de subsistência, como revela o estudo das chefias tribais. Assim, a hierarquia deve ser pensada na esfera política.

É difícil estabelecer uma característica para a chefia tribal, visto que o estudo de seqüências arqueológicas e históricas demonstra uma variabilidade de casos, tanto diacrônica quanto sincrônica, que caracteriza este tipo de exercício do poder. Temos, então, chefias onde o poder da elite se caracteriza pelo controle da riqueza simbolicamente valorizada (tesouros para presentes), ou que tem sua finança baseada no controle parcial da terra, dos rebanhos, na taxação sobre a produção de alimentos, onde o rei é o mais rico dos proprietários. Temos também aquelas que apresentam uma elite individualizada.

Timothy Earle (EARLE, T., 1991: 3-6) cita três características, que ocorrem com frequência:

- 1 – As chefias podem ser dicotomizadas, quanto aos níveis de hierarquia política da comunidade, em simples (um nível) e complexas (dois níveis);
- 2 – A base financeira pode ser de gêneros de primeira necessidade, envolvendo mobilização de gêneros e bens tecnológicos como pagamento por serviços, que envolve em sua forma mais simples a promoção de banquetes; ou de riquezas, em relação à aquisição de bens de prestígio com valor simbólico (por troca ou doação). A posse desses bens define a posição social do indivíduo; e
- 3 – As chefias podem se basear numa estrutura voltada para a comunidade, onde o trabalho coletivo em construções define a própria identidade do grupo; ou

individualizante, onde a elite se distingue do restante da comunidade por adornos, habitações e monumentos funerários especiais.

Deve-se ter em mente que essas características podem ocorrer em conjunto.

Regra geral, a aquisição e manutenção do poder pelo chefe passa pelos níveis econômico, ideológico e militar. Militarmente, o chefe obtém e mantém o poder através da força aplicada diretamente, através da atividade guerreira, característica comum das chefias, conquistando outras comunidades e ampliando a base de tributo. Ideologicamente, através da detenção de um caráter sobrenatural, necessário para manter a ordem natural do mundo, geralmente com algum grau de parentesco com a (s) divindade (s). Economicamente, pelo controle dos meios de produção e distribuição, da aquisição de riquezas externas e pelo gesto de dar (banquetes ou bens de prestígio). A aquisição de bens de prestígio externos (exóticos) e as alianças externas, são importantes porque desvinculam e diferenciam a elite do restante do grupo.

O ato de dar e receber, ou seja, do dom e contra-dom, é, portanto, uma engrenagem fundamental no mecanismo de obtenção e manutenção de poder.

A seguir, nos deteremos somente na análise desse sistema de trocas no tocante aos germanos, enquanto uma sociedade de caráter eminentemente guerreiro, na relação entre o chefe e seu *comitatus*, no sentido descrito por Tácito, na *Germania*.

Mauss demonstrou no terceiro capítulo de seu *Ensaio sobre o Dom e o Contra-Dom*, no item referente ao Direito Germânico, como o sistema de troca na forma de dom ( a palavra germânica é *gaben*), seja voluntariamente ou obrigatoriamente dado e recebido, se desenvolveu no interior dos clãs e das tribos por exemplo, na ocasião de um casamento, onde o dote era dado na manhã de núpcias, *Morgengabe*. Entre as tribos ou entre os chefes tribais, esses presentes assumiam a função de aliança, criando uma teia de vínculos e de obrigações, o *Wadium*.

Assim, para Mauss, entre os germanos “*era sob a forma de Dom e aliança, pelo penhor e pela garantia, pelos festins, pelos presentes, tão valiosos quanto possível, que eles se comunicavam, se ajudavam, se aliavam*”. Na instituição do *Wadium* a aceitação do presente permitia aos contratantes agir um sobre o outro, já que agora um deles possuía alguma coisa da qual o outro fora proprietário: “*o presente não somente liga e obriga, mais ainda, ele compromete a honra, a autoridade ...daquele que o entrega*” (MAUSS, M., 1968: 250-255). Contudo, esse contrato é bilateral, trazendo risco para ambas as partes. Da mesma forma que, ao receber o presente, o dependente fica em situação inferior, até que tenha se livrado da obrigação aceita (dever de lealdade), o chefe guerreiro tem que arcar com suas obrigações ( sustento e proteção) com relação aos seus dependentes.

## O poder real nos reinos anglo-saxões

A seguir, tentaremos caracterizar os reinos anglo-saxões quanto à sua forma de governo e o seu funcionamento, no âmbito das chefias tribais, em contraposição à monarquia feudal, surgida no século IX com o Império Carolíngio no continente, e, na Inglaterra, com a hegemonia da dinastia de Wessex.

Em relação às fontes escritas, a sociedade e a organização política dos antigos saxões é escassamente conhecida. Não estão registrados os nomes e as atividades de quaisquer grandes líderes e há pouco sinal de qualquer poder forte e centralizado (CAMPBELL, 1991: 23-27). Os saxões, nos séculos III e IV, parecem ter

sido organizados em bandos guerreiros, constantemente formados por empreendimentos particulares.

Os chamados “reinos anglo-saxões”, que tiveram origem na Inglaterra, são provenientes desses bandos de piratas que se tornaram colonos, bandos guerreiros agrupados em torno de um chefe (*comitatus*), que se organizaram em pequenos Estados, tal como é demonstrado pelos topônimos, caracterizados pelo sufixo *ing*, correspondentes aos régulos, por exemplo, os Haestingas, que deixaram seu nome em Hastings, no Sussex, e que são o “povo de Haesta”, seu chefe; os Hrodhingas que ocuparam o oeste do Essex, que deram seu nome às paróquias de High Roding, White Roding e Aythorpe Roding (HUNTER-BLAIR, P., 1963: 256-258; MUSSET, L., 1965: 157).

Não se pode distinguir quais os reinos que surgiram em torno de chefes que se destacaram em batalhas durante a invasão da ilha, nos séculos V e VI, ou quais já haviam estabelecido um líder anteriormente.

O enterro em barco de Sutton Hoo, descoberto em 1939, revelou além de tesouros, objetos significativos, tais como um estandarte de batalha, armas, uma cota de malha e um cetro real. Símbolos de poder que evidenciam o caráter guerreiro do rei (EVANS, A. C., 1994: 41-55, 83-93). A própria condição do estabelecimento desses reinos, em solo hostil, passava pela necessidade desses reis serem guerreiros bem sucedidos e que fossem capazes de atrair para si um bando guerreiro. Até o estabelecimento da casa de Wessex, que marca o início da monarquia medieval inglesa no século IX, a concepção anglo-saxã de realeza estava pautada no princípio da hereditariedade, não no da primogenitura.

Do século VII ao IX a tentativa de se buscar a legitimidade para as famílias reais se dará com frequência. A tradição de se cantar as façanhas dos grandes heróis e as glórias do passado, identificando nesses elementos as origens das casas reais está inserida neste contexto. Podemos citar como exemplo não só o épico *Beowulf*, composto sob a dinastia Wuffing no reino da Northumbria, remontando às dinastias escandinavas, como também Offa, rei de Mercia no século VIII, que reivindicava a descendência de um rei, também chamado Offa, que reinou no Slevig antes do século V, e ainda – e mais característico do contexto cristão – a tentativa de Aethewulf, rei de Wessex, no sudoeste, e pai de Alfredo, o Grande, de traçar sua ascendência até Adão (HUNTER-BLAIR, P., 1968: 239). Evidentemente, essas genealogias são artifícios ideológicos, já que em um período tão conturbado como o da invasão dos séculos V e VI, com tantos guerreiros valorosos, chefes em potencial, é improvável que houvesse essa pretensa continuidade. Desde o seu estabelecimento, as relações desses pequenos reinos será de uma instabilidade permanente. Os sete reinos, que a historiografia consagrou como a heptarquia, nunca se uniram, e, embora houvesse o título de *Bretwalda*, o rei que supostamente se sobrepunha ao conjunto dos reinos, não havia na verdade a hegemonia constante de um reino sobre todos os outros, ocorrendo uma situação de guerras e alianças, que com frequência alteravam o mapa político. A primeira grande dinastia a reinar incontestemente na Inglaterra será a casa de Wessex, única a fazer frente às invasões *vikings* do século IX, com Alfredo, o Grande, como sua maior expressão, só vindo perder seu poderio com a conquista normanda de 1066.

Mesmo sob a influência da Igreja, após a conversão dos anglos-saxões ao cristianismo no século VII, embora houvesse considerações acerca das funções e deveres do rei, esse mundo desconhecia a elaboração de quaisquer tratados sobre a arte de governar, o que só veremos acontecer mais tarde a partir do século XII, com o fortalecimento das monarquias feudais.

Não devemos nos enganar ao nos depararmos com títulos como *Rex Anglorum* ou *Rex Britanniae*, como é o caso dos títulos utilizados pelo rei Offa, de Mercia. Esse tipo de denominação representa um processo de transformações políticas, que acarretou a supressão de pequenos reinos e a concentração do poder nas mãos dos governantes de reinos maiores. Os reinos pequenos eram muitos, a identificação dos reis se dava através de sua base territorial, portanto a autoridade era expressa em dimensões reduzidas. Dessa forma, temos as fórmulas *Cantwara cyning* ou *Rex Cantuariorum* para o rei de Kent, *Norpanhybria cyning* para o da Northumbria, e para o rei de Mercia, como é o caso de Offa, *Miercna cyning* ou *Rex Merciorum*.

O título de *Bretwalda* estava ligado mais à tradição germânica da proeminência entre pares (que será expressa mais tarde na fórmula *primus inter pares*, muito frequente nos escritos medievais sobre o caráter do poder régio), conquistada e mantida pelo poder militar. Esse título foi utilizado pelos governantes de todos os reinos da heptarquia, em épocas sucessivas, o que mostra que havia, no caso desses reis, uma expansão da autoridade para além dos limites do reino. Hunter-Blair argumenta que talvez esse título, e a conseqüente extensão da autoridade, carregasse uma herança romana, equivalendo ao exercício do *Imperium* por um único governo. No caso da Bretanha romana exercido pela autoridade imperial sobre o conjunto das tribos bretãs (HUNTER-BLAIR, P., 1968: 240-242).

Ao nível do reino, o exercício da autoridade também aparece atomizado. Aqueles que estavam a volta do rei, *thegns* ou *earldormen* (nobres), freqüentemente tinham sob sua jurisdição um condado (*shire*) e faziam parte do conselho do rei e da *hundred*, a corte anual, que se reunia a céu aberto para julgar delitos e disputas locais.

Numa sociedade guerreira por excelência, a manutenção de um exército e a defesa contra ataques de reinos vizinhos deviam ser uma preocupação constante nas assembleias. Após o século VII, muitas vezes as reuniões da *hundred* tinham lugar durante os sínodos da Igreja, onde as decisões podiam ser formalmente postas por escrito, como é o caso das leis de Aethelbert de Kent, que foram apresentadas no sínodo de Hertford, em 672.

Contudo, a característica principal das relações de poder nessa sociedade era aquela que unia o rei ao seu nobre, o senhor ao seu homem, numa relação pessoal baseada no princípio da fidelidade.

O senhor, por meio da doação de terras (adquiridas e distribuídas no contexto das invasões), armas, tesouros e da promoção de banquetes, era o responsável pela manutenção de seus dependentes, que deviam retribuir, zelando pela sua defesa, buscando a vitória no campo de batalha até o fim, atribuindo ao senhor a grandeza conquistada através de suas próprias façanhas.

Entretanto, mais do que tesouros, o dependente recebia de seu senhor proteção. A instituição do *Wergild*, ou o “preço do homem”, assegurava um certo receio em se molestar um homem, que tivesse um senhor poderoso pronto a se vingar ou pedir compensação; em contrapartida, o senhor também era responsável pelos atos de seus homens. Na sociedade anglo-saxã, os laços de parentesco, embora estivessem em posição inferior à aliança com o senhor, eram muito fortes. Portanto, a obrigação de vingar um homem morto ou de compensar a família do morto recaía sobre os parentes. A morte, enquanto forma de compensação, não era vista como homicídio. O não cumprimento dessas obrigações é que era motivo de vergonha. A vingança nesse sentido não era uma mera satisfação pessoal. Em *Beowulf* vemos representada a angústia do rei Hrethel por não haver esperança de vingar o filho, já que este fora morto acidentalmente pelo irmão numa caçada:

Versos 2463 – 2469 (1)

*“Uma cilada mortífera foi preparada para o mais velho; uma flecha do arco de osso de Hathkin feriu mortalmente seu próprio irmão: matou assim com a ponta de uma flecha ensangüentada aquele que seria seu senhor; ato pecaminoso, anormal, mesquinho do coração; assim mesmo, morreu sem ser vingado”.* (2)

A Igreja não se opunha ao princípio germânico de lealdade ao senhor, inclusive adicionou caráter sagrado ao juramento de aliança entre senhor e dependente. A vingança perpetrada pelo senhor ou pelos parentes era um ato louvável, porém a Igreja advogou sempre que se buscasse o caminho da compensação pecuniária (WHITELOCK. D., 1968: 35-38).

Um exemplo das diferenças de grau social pode ser visto nas leis de Aethelbert, de Kent, por exemplo, que estabelece em 100 *shillings*, mais o valor correspondente a um escravo, a penalidade pelo assassinato de um homem livre nos domínios (*hyre*) de um nobre. Um nobre, por sua vez, tinha um *wergild* de 300 *shillings*, mais o valor adicional correspondente a três escravos.

*Beowulf* aborda as relações de poder entre a aristocracia, possibilitando conferirmos que os nobres possuíam escravos, recebiam os tributos e taxações devidos pelos camponeses livres ou não livres, que trabalhavam em seus domínios, os quais também tinham seus *wergilds* estabelecidos.

### **O poder real e os símbolos reais em *Beowulf***

Na sociedade tribal representada em *Beowulf*, o poder real se manifesta através do herói e líder militar, advindo de seu sucesso em batalha e da capacidade de arrebatar um bando guerreiro. Para ilustrar esse aspecto, podemos citar as seguintes passagens referentes aos três reis mencionados no poema, como modelos do que deveria ser um bom rei: Scyld, Hrothgar e Beowulf.

Versos 4-11

*“Com frequência, Scyld Scefing tomou bancos de [beber] hidromel [ mead ] a numerosas tribos, a tropas inimigas; ele aterrorizava nobres guerreiros, apesar de antanho ter sido achado em primeiro lugar, indefeso. Veio um conforto para isto: ele cresceu sob as nuvens, prosperou em honrarias, até que cada um dos vizinhos à volta, além do caminho das baleias, teve de obedecer-lhe, pagar-lhe tributo. Ele era um bom rei !”*

Assim, Scyld, rei dos dinamarqueses, fora encontrado em um barco trazido pelo mar, destituído de tudo, e fez fortuna e fama sozinho como valoroso guerreiro.

E ainda a passagem referente ao rei Hrothgar, em seu discurso na sala real, após Beowulf lhe ter entregue a cabeça do monstro Grendel:

Versos 1769-1773

*“Assim, por cem estações governei os dinamarqueses-dos-anéis sob este céu; e protegi-os na guerra com espada e lança contra muitas nações através da terra do meio – de tal modo que não contava ninguém como meu adversário sob a abóbada celeste...”*

Sobre Beowulf, temos a passagem em que o jovem Wiglaf, seu primo, censura aqueles que abandonaram o herói em sua última batalha:

Versos 2864-2872 e 2882-2891

*“Isto, certamente, pode dizer um homem que fale a verdade: o senhor que vos deu riquezas, este excelente equipamento de guerra em que aqui estais, quando com frequência presenteava os homens de sua sala real. Sentados nos bancos, distribuindo cotas de malha e elmos aos seus nobres guerreiros – os mais esplêndidos que se podem achar em qualquer lugar – ele desperdiçou completamente tais armas quando a guerra o atingiu... Poucos foram os defensores que cercaram o rei ao chegar o seu pior momento! Agora, o dar e receber tesouros e espadas, toda a alegria na terra nativa, o lar para vossa raça, irá cessar. Cada parente vosso errará privado do direito de possuir terras, quando príncipes distantes ouvirem de vossa fuga, feito inglório. A morte é melhor para qualquer guerreiro do que uma vida vergonhosa!”*

A manutenção do poder passa pela legitimação do líder junto à comunidade na medida em que ele está inserido em certos códigos de conduta, ou seja, dentro dos limites impostos pela aristocracia de guerreiros, como justiça e generosidade, e pela sua capacidade em administrar o tesouro. O rei é o doador de anéis, tesouro que adquire mediante a pilhagem na guerra. Ele presenteia seus seguidores para demonstrar sua riqueza e como recompensa por serviços prestados. Em sentido oposto, os seus dependentes esperam presentes dos quais se orgulhem uns perante os outros. Entretanto, como vimos acima, acerca da teoria de Max Weber, o líder carismático só é aceito pelo grupo enquanto desempenha corretamente as atividades a ele conferidas, satisfazendo as necessidades do grupo. Um mau líder é prontamente abandonado. Vejamos o caso de Heremond, predecessor de Scyld, um péssimo exemplo de rei, que tinha o hábito de assassinar seus próprios companheiros de mesa e não distribuía anéis:

Versos 904-906

*“Seus humores sombrios duraram um tempo longo demais: ele tornou-se uma infelicidade mortal para o seu povo e todos os seus nobres”*

Versos 1718-1722

*“Entretanto, em seu coração cresceu, pensamento oculto, a sede de sangue. Nunca um único anel ele deu aos dinamarqueses pela glória. Continuou a viver sem alegria e sofreu a miséria daquela luta, ele que foi longa aflição de seu povo”*

Heremond foi deposto e exilado. O que demonstra a extrema fragilidade do poder nas chefias tribais. Após adquirido, o poder entra num processo de rotinização, devendo ser mantido e demonstrado para estar sempre revalidado. Isso passa pela via do simbolismo e do ritual. O rei demonstra o seu poder através da sala real ricamente ornamentada, através da rainha e de sua filha, que aparecem portando jóias, e através de todo um ritual. Por exemplo, nas festas o rei se diferencia de seus pares ocupando um lugar mais alto, de destaque; quando se dirigem ao rei para lhe falar, os seus dependentes ocupam uma posição específica; todas as coisas obedecem à uma ordem particular.

Versos 612 – 621

*“Adiantou-se Wealhtheow, a rainha de Hrothgar, atenciosa à família. Paramentada de ouro, saudou os dignitários da sala real. A nobre esposa deu a primeira copa, cheia até a borda, ao protetor dos dinamarqueses orientais, animando-o a alegrar-se com a festa, aquele querido do povo. Ele bebeu alegremente, rei famoso em vitórias, partilhando a bebida e a festa. A princesa dos Helmings [a rainha Wealhtheow], dirigiu-se aos guerreiros veteranos e jovens, oferecendo a cada um a copa preciosa”.*

O interessante é que no poema não há menção a uma exibição de riqueza por parte da pessoa do rei; ele não aparece destacado por nenhuma vestimenta especial ou jóias. Contudo, o rei possui símbolos de poder que quando da sua morte são enterrados com ele: suas armas, símbolos de seus feitos militares, e tesouros que simbolizam seu prestígio:

Versos 30 –50

*“Então Scyld despediu-se com fé em Deus e partiu já velho na hora devida. Seus guerreiros até as costas do mar seu rei levaram como lhes havia ordenado... Resplandecente e já ornamentada, uma embarcação de proa anelada na praia foi ancorada – régio esquife de um grande rei. No casco espaçoso colocaram o Príncipe – dadivoso rei, doador de anéis, onde postado ficou, encostado no mastro entre peças de tesouro trazidas de longe... Jamais ouvi falar de nave ou embarcação mais bem carregada com armas de guerra e pilhagem de batalha, com espadas e armaduras; e seu peito repleto foi coberto com preciosas peças de tesouros que deveria levar a força das correntezas quando partisse”.*

O símbolo principal de poder em *Beowulf* é a doação de tesouros pelo rei. Ela caracteriza um sistema de dom e contra-dom: não é pura e simplesmente uma troca de presentes, reconhecimento entre iguais, ou demonstração de amizade entre tribos; ela é feita em relação aos dependentes, caracterizando uma condição de subordinação, conferindo a estes obrigação de servirem ao rei. O sistema de trocas de presentes também revela o controle do rei sobre a vida de seus dependentes em outro nível, o familiar, sendo, neste caso, as mulheres as mais atingidas, mesmo sendo de um estatuto elevado, podendo ser objeto de trocas diplomáticas, ou seja, utilizadas como riqueza móvel. Uma filha dada em casamento poderia por fim à rivalidade entre duas tribos (RAW, B., 1995: 170-71).

Nesse sentido, podemos citar o caso da princesa Freawaru, filha de Hrothgar:

Versos 2110-2115

*“Ela está prometida a Ingeld – a jovem vestida de dourado [Freawru] – garboso filho de Froda; Hrothgar assim determinou pois com sabedoria poderá por fim ao feudo de guerras cruéis...”*

Nestas passagens, parece claro que o poder do chefe tribal, mesmo podendo se desenvolver em um reinado com todo um aparato ritual, que o sistematiza, é extremamente frágil.

A capacidade em adquirir butim, mediante a atividade bélica, administrar o tesouro, desempenhando a função de doador de anéis, são uma engrenagem essencial do sistema de dom e contra-dom, que proporciona, inclusive, a circulação de bens materiais nessa sociedade tribal, já que forma uma base material para a redistribuição de riquezas.

Isso revela inclusive em segundo plano, o que seria um exemplo de subordinação do econômico ao ideológico, em uma sociedade destituída de um sistema econômico baseado na racionalidade do lucro, como conhecemos hoje. Aliás, como coloca Max Weber, o líder carismático pode se abster da posse de bens materiais, ou rejeitar o lucro ao buscar o saque. O carisma não é fonte de lucro para seu possuidor. “*No caso dos heróis guerreiros carismáticos, a pilhagem representa uma das finalidades, bem como os meios materiais da missão...*” (WEBER, M., 1964: 286).

## Conclusão

Podemos concluir, que desde o século VII ao IX, a forma de governo dominante na Inglaterra foi o que podemos chamar de “monarquia” germânica, em contraste com a monarquia feudal medieval, posterior. Desde as origens, essa forma de governo – fundamentada na guerra, de onde advinha a base material do poder, e na tradição mítica, que fornecia a base ideológica para a manutenção do poder real – visava, apesar de eletiva, manter o poder dentro das famílias. Vários reinos anglo-saxões surgiram em torno da figura de um guerreiro, freqüentemente aparentado a uma figura mítica e se legitimaram através dessa suposta ascendência. Encontramos em *Beowulf*, em estado bruto, as características das relações de poder entre a aristocracia, a descrição dos símbolos, rituais e códigos de conduta. Tais ítems descritos no poema representam um espelho da sociedade anglo-saxã, tanto da época em foi vertido para a forma escrita, c.1000 AD, como também remetem às origens escandinavas dessa sociedade, quatro séculos antes.

A consolidação dessas “monarquias germânicas” preparou o caminho para a função régia e a ideologia política da Idade Média. Herança germânica que juntamente com a herança latina, atuará como formadora da civilização ocidental.

## Bibliografia

- ALEXANDER, Michael. *Beowulf: a verse translation*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973.
- ARNOLD, Ralph. “Royal Halls – The Sutton Hoo Ship Burial” IN: *A Social History of England, 55B.C. to A.D. 1215*. London: Constable Books, 1967.
- BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro – EDUSP, 1969.
- EARLE, Timothy (org.). *Chieftoms: Power, economy and ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- EVANS, Angela C. *The Sutton Hoo Ship Burial*. London: The British Museum Press, 1989.
- GALVÃO, Ary Gonzales. *Beowulf*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- HUNTER-BLAIR, Peter. *Roman Britain and Early England 55 BC – AD 871*. New York – London: W. W. Norton & Co., 1968.
- MAUSS, Marcel. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

- MUSSET, Lucien. *Les Invasions: Les vagues germaniques*. Collection “Nouvelle Clio” vol.12. Paris; Presses Universitaires de France, 1965.
- RAW, Barbara. “Royal power and royal symbols in Beowulf” IN: CARVER, Martin (org.) *The Age of Sutton Hoo: The seventh century in north-western Europe*. Woodbridge, Boydell & Brewer, 1995.
- TODD, Malcolm. *The Early Germans*. Oxford, U.K – Cambridge, U.S.A.: Blackwell, 1995.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- WHITELOCK, Dorothy. *The Beginnings of English Society*. Harmondsworth: Penguin Books, 1968.

## Notas

(1) Utilizamos neste artigo a tradução em português de *Beowulf* por Ary Gonzales Galvão. A numeração dos versos segue a referida tradução, que em linhas gerais está de acordo com a tradução de Michael Alexander indicada na bibliografia.

(2) Sobre este episódio, a tradução de Galvão não é clara ao mencionar o assassinato de Herebeald filho mais velho de Hrethel, e seu sucessor no trono, por seu irmão Hathkin, como accidental. Para tanto, conferir a tradução para o inglês de Michael Alexander, versos 2432-63 (o grifo é nosso): “*A murderous bed was made for the eldest by the act of a kinsman, contrary to right: a shaft from Hathkin’s horn-tipped bow shot down the man that should have become his lord; mistaking his aim, he struck his kinsman, his own brother, with the blood-stained arrow-head...*”